

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM

CLASS. : 59

DATA : 24 e 26/8 91

PG. : 15

AMAZÔNIA

Pesquisador quer conciliar ocupação com preservação

por Lilian Bem David de Porto Alegre

O atual enfoque de atuação na Amazônia privilegia exclusivamente a economicidade da empresa ou empreendimento, em detrimento dos interesses do País. A afirmação foi feita em Porto Alegre pelo pesquisador Aziz Nacib Ab'Saber, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), também ligado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), durante um seminário sobre economia e legislação, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na última semana. "Acresça-se a isso a defasagem entre o discurso e a atuação dos órgãos do governo, o descaso com que exigências sérias são transformadas em questões burocráticas", advertiu Ab'Saber, considerado um dos mais importantes geógrafos do País.

"Eu capricharia no sentido de privilegiar as áreas mais interiores da Amazônia que permaneceram preservadas", sugeriu. Para a ocupação dos espaços, ele pensa ser necessário realizar um estudo global das regiões, identificando células geológicas através de moldes e contramoldes. Cada molde definiria áreas a serem preservadas, com algumas liberadas — os contramoldes. Cabeceiras

de rios, reservas indígenas e biológicas seriam preservadas de desmatamento, através de leis. "Mesmo nos contramoldes é preciso manter o controle sobre a expansão de atividades predatórias, criando subáreas de preservação", acrescentou.

Ab'Saber não é contrário à participação de outros países em um projeto para resguardar a Amazônia. "A participação intelectual, científica e ética, através da colaboração de pessoas esclarecidas, é o enfoque que desejamos. Não adianta dispendir muito dinheiro em um projeto que não se integre aos interesses nacionais", argumentou.

Um projeto ecológico para o Brasil não é simples de se elaborar, devido à grande diversificação entre as regiões e a necessidade de muita gente colaborar. Ab'Saber propôs a criação de uma ponte entre a comunidade científica e a área jurídica, visando encontrar soluções diferenciadas para cada tipo de região, algo que não foi estabelecido pela atual Constituição. "O desenvolvimento e a conservação da natureza devem receber tratamento diferenciado. O desenvolvimento social deve somar-se ao ecológico e a educação ser aperfeiçoada, adaptando-se às circunstâncias do País", disse.